



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CAS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto do descontrole fiscal na previdência social.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Exmo. Sr. Carlos Lupi, Ministro da Previdência Social;
- o Exmo. Sr. Alessandro Stefanutto, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- o Doutor Francisco Cardoso, Membro da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP);
- o Senhor Rogério Nagamine, Economista, especialista em Previdência, ex-Secretário do Regime Geral de Previdência Social;
- o Senhor Luiz Carlos de Teive e Argolo, Presidente do Sindicato Nacional dos Peritos Médicos Federais (ANMP Sindical);
- o Senhor Paulo Liporaci, Advogado da ANMP, especialista em Gestão de Negócios;
- o Senhor Fábio Gambiagi, Economista, especialista em Previdência Social;
- o Senhor Rogério Ceron, Secretário do Tesouro.



JUSTIFICAÇÃO

Em 2023, o resultado da Previdência foi um déficit de R\$ 306,206 bilhões. Especialistas têm apontado para um excessivo aumento de gastos com a concessão de benefícios previdenciários^[1]. Os gastos com a Previdência e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) subiram R\$ 113 bilhões, levando a um bloqueio no orçamento de 2024^[2]. Esse aumento significativo dos gastos obrigatórios, combinado com as medidas de contingenciamento necessárias para manter o equilíbrio fiscal, acaba por impactar negativamente outras áreas do orçamento federal, como saúde e educação.

Ademais, o novo arcabouço fiscal, aprovado em 2023, estabelece como meta zerar o déficit público, com uma margem de tolerância de 0,25% do PIB^[3]. No entanto, a pressão sobre as contas públicas causada pelo aumento dos gastos previdenciários ameaça o cumprimento dessa meta e coloca em risco a sustentabilidade fiscal do país.

Portanto, é fundamental que se promova um debate aprofundado sobre este tema, envolvendo representantes do governo, da Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais e especialistas em finanças públicas.

O objetivo é discutir as causas do aumento descontrolado dos gastos previdenciários, avaliar as medidas de controle e fiscalização atualmente em vigor, e propor soluções para garantir a sustentabilidade fiscal e a eficiência dos gastos públicos.

Diante da relevância do assunto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

^[1] <https://braziljournal.com/opinio-o-que-esta-acontecendo-com-os-gastos-da-previdencia-e-do-bpc/>



^[2] <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/07/gastos-com-previdencia-e-bpc-sobem-r-113-bi-e-levam-a-bloqueio-no-orcamento-de-2024.shtml>

^[3] <https://exame.com/economia/governo-anuncia-bloqueio-de-r-29-bi-no-orcamento-e-aponta-deficit-de-r-93-bi-para-2024/>

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2024.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9544129943>